

Diário do Pará



O LIBERAL

OPERAÇÃO PERTE-FINO  
FRAUDE NO INSS PROVOCA ROMBO DE R\$ 341 MILHÕES



DE CORPO E ALMA



# CLIPPING



31 de  
AGOSTO  
2021

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## ATERRO DE MARITUBA

# Justiça prorroga funcionamento por mais dois anos

**DECISÃO** - Acordo para a prorrogação até 31 de agosto de 2023 é homologado pelo desembargador Luiz Gonzaga Neto, do TJ do Pará

VALÉRIA NASCIMENTO  
DA REDAÇÃO

O desembargador Luiz Gonzaga Neto, da 2ª Turma de Direito Público do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), homologou na segunda-feira, 30, o acordo proposto pelo Governo do Pará, para o funcionamento do Aterro Sanitário de Marituba, até 31 de agosto de 2023. A data se encerrou em junho deste ano, mas, por falta de local para destinação do lixo, o desembargador acatou a proposição do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) e da PGE, com o acordo dos municípios de Ananindeua e Belém e da empresa Guamá Tratamento de Resíduos. Com informações do Tribunal de Justiça do Pará.

O magistrado frisa em sua decisão que, desde janei-

ro de 2021, ocorreram várias reuniões, também houve a formação de um Grupo de Trabalho (GT) coordenado pelo procurador de Justiça do Ministério Público do Estado, Waldir Macieira, num contínuo esforço de se buscar a conciliação entre as partes envolvidas para a prorrogação do prazo de funcionamento do aterro sanitário em Marituba. O magistrado informou que nenhuma das partes se retirou das negociações.

Mas, apesar da boa disposição, o desembargador sinaliza que "não houve êxito na definição desse mister; o que, de fato, acarretaria, como acarretou, em tese e em concreto, a possibilidade de afronta ao princípio administrativo da continuidade no cumprimento dos serviços públicos essenciais à população, bem como na ocorrência de um estado de emergência

sanitária, o que não pode ser admitido e deve ser resolvido, ante a inércia das administrações municipais, que, em parte, pode ser debitado à conta da pandemia do novo coronavírus".

Ele constata, na decisão, que "no caso concreto, inexistente qualquer outro local disponível e preparado para a deposição/disposição dos resíduos sólidos da Região Metropolitana de Belém a não ser, por ora, o Aterro Sanitário de Marituba".

O magistrado pondera que, embora Marituba tenha optado por ficar de fora, formalmente, da transação penal, "é caso de governança interfederativa, com compartilhamento e planejamento de ações entre os entes federativos envolvidos, vai daí porque Marituba firmou Termo de Ajustamento de Conduta para o encerramento do lixo do Aurá e continua, até a



Empresa Guamá Tratamento de Resíduos afirma que investirá R\$ 32 milhões, na expansão do aterro sanitário

**"L. Inexistente qualquer outro local disponível e preparado para a deposição/disposição dos resíduos sólidos da Região Metropolitana de Belém a não ser, por ora, o Aterro Sanitário de Marituba"**

presente data, a depositar os resíduos sólidos que produz no Aterro Sanitário, além de perceber o ISS e a Taxa de Fiscalização decorrentes da atividade do Aterro. Aliás, na governança interfederativa, o interesse comum prevalece sobre o interesse local, tudo nos termos do chamado Estatuto da Metrópole (Lei nº 123.089, de 12.01.2015)", argumenta o desembargador, na decisão.

No acordo proposto pelo Estado do Pará, os municípios de Ananindeua e Belém e a empresa Guamá Tratamento de Resíduos, está fixado, em caráter excepcional e provisório, o preço dos serviços de tratamento de resíduos no valor de R\$ 101,58 por tonelada, atualizado até outubro de 2020, o que será

praticado entre os municípios e a Guamá Tratamentos. O valor do preço definitivo será corrigido a cada 12 meses pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

## GUAMÁ

Em nota enviada a O LIBERAL, na noite de segunda-feira (30), a empresa Guamá Tratamento de Resíduos reitera que assinou o acordo em conjunto com os municípios de Belém, Ananindeua e o Estado, e informa que "investirá R\$ 32 milhões, na expansão do aterro sanitário com todas as coberturas, implantação da usina de biogás e Estação de Tratamento de Efluentes".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## ACIDENTE AV. NAZARÉ

# Condutor poderá não ser indiciado

**APURAÇÃO** - Leandro Torres já foi ouvido pelo delegado do caso, que agora indaga testemunhas

ANA LAURA CARVALHO  
DA REDAÇÃO

O condutor do Honda Civic preto, Leandro Nascimento Torres, envolvido no acidente que matou sua esposa e sua filha na avenida Nazaré, na madrugada da última quinta-feira (26), poderá não ser indiciado criminalmente, segundo a Polícia Civil do Pará, que já está na fase de ouvir as testemunhas do caso.

Leandro, que recebeu alta médica do Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência (HMUE) no início da tarde de segunda-feira (30), já foi ouvido pelo delegado responsável pelo caso. Ele estava internado no Hospital Metro-

politano, para tratar de fraturas no braço direito e na perna esquerda.

De acordo com a Polícia Civil, as investigações continuam, na tentativa de esclarecer todos os fatos que culminaram com a tragédia.

Já o condutor do Ford Ka prata, Allan Rocha, que, após uma suposta confusão por causa de poluição sonora durante um evento no Portal da Amazônia, teria iniciado uma espécie de perseguição contra o carro em que Leandro estava com a sua família, teve prisão preventiva decretada pela Justiça do Pará.

Allan, que segue internado no Hospital Metro-

**Já o motorista  
do Ford Ka  
prata, Allan  
Rocha, teve  
sua prisão  
preventiva  
decretada pela  
Justiça do Pará**

politano, para tratar de fraturas no braço direito e na perna esquerda. De acordo com a Polícia Civil, as investigações continuam, na tentativa de esclarecer todos os fatos que culminaram com a tragédia. Já o condutor do Ford Ka prata, Allan Rocha, que, após uma suposta confusão por causa de poluição sonora durante um evento no Portal da Amazônia, teria iniciado uma espécie de perseguição contra o carro em que Leandro estava com a sua família, teve prisão preventiva decretada pela Justiça do Pará. Allan, que segue internado no Hospital Metro-

## O ACIDENTE

Renata Corrêa Bezerra e Maria Luíza Corrêa Torres, respectivamente esposa e filha de Leandro, estavam no carro envolvido no aci-

dente, na madrugada de quinta-feira (26), no cruzamento entre as avenidas Nazaré e Generalíssimo Deodoro, no bairro de Nazaré, em Belém. Além das duas mortes, o acidente deixou três feridos em estado grave, que foram socorridos para o Hospital Metropolitano.

Conforme informou a Polícia Militar, os dois

veículos estavam em alta velocidade quando os condutores perderam o controle dos automóveis e se chocaram.

Três ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e uma de resgate do Corpo de Bombeiros foram acionadas para a retirada das vítimas que ficaram presas nos veículos



Leandro Torres (na cadeira de rodas), que perdeu a esposa e a filha em um acidente de carro, recebeu alta médica do Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER  
DIÁRIO**

O desembargador TJPA Luiz Gonzaga da Costa Neto homologou, nesta segunda-feira, 30, o acordo proposto pelo Estado do Pará, por intermédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) e da Procuradoria-Geral do Estado do Pará, Município de Ananindeua, Município de Belém e empresa Guamá Tratamento de Resíduos, que regula a prorrogação do funcionamento do aterro sanitário de Marituba até 31 de agosto de 2023. Também ficou previsto entre as partes, em caráter excepcional e provisório, que o preço dos serviços de tratamento de resíduos será no valor de R\$ 101,58 por tonelada.

---

**LINHA DIRETA**

**O grupo que** apoia a pré-candidatura do advogado Eduardo Imbiriba para a presidência da OAB-PA, referendou o nome da advogada Luciana Gluck Paul como pré-candidata a vice na chapa. As eleições ocorrem no dia 18 de novembro.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## MPF denuncia empresas que compram ouro ilegal no Pará

### AÇÕES JUDICIAIS

O Ministério Público Federal (MPF) iniciou ações judiciais pedindo a suspensão das atividades de três instituições financeiras acusadas de despejar no mercado nacional e internacional mais de 4,3 mil quilos de ouro ilegal nos anos de 2019 e 2020. O ouro extraído de garimpos ilegais na região sudoeste do Pará foi comercializado pelas distribuidoras de valores mobiliários FD'Gold, Carol e OM. Agora, além de terem as atividades suspensas especificamente nessa região, as empresas podem ser condenadas a pagar um total de R\$ 10,6 bilhões por danos sociais e ambientais.

As ações judiciais resultam de investigações do MPF na região dos municípios de Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso, no sudoeste do Pará, e de levantamento científico feito em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O levantamento denominado "Legalidade da produção de ouro no Brasil" cruzou dados públicos sobre a produção mineral brasileira, como as informações prestadas pelas empresas no pagamento da Contribuição Financeira por Exploração Mineral (Cfem), os registros de Permissões de Lavras Garimpeiras (PLGs) da Agência Nacional de Mineração (ANM) e as imagens do monitoramento da floresta amazônica do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

A metodologia permitiu constatar o predomínio da ilegalidade na cadeia do ouro. "Da produção de 30,4 toneladas de ouro do estado do Pará, no período de 2019 a 2020, ao menos cerca de 17,7 toneladas (58,4%) foram extraídas com falsa indicação de origem, seja pelas evidências de extrapolação dos limites autorizados para a lavra pela ANM, seja pela indicação

de áreas de floresta intacta ou sem título de lavra vigente como origem do ouro", explica o MPF nas ações judiciais.

Os dados públicos também permitiram identificar os principais compradores de ouro com origem ilegal em Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso, sobressaindo o papel das três empresas agora processadas pelo MPF. Além de pedir a suspensão das atividades e pagamentos por danos, os processos judiciais buscam a adoção de medidas preventivas para interromper o ciclo de ilegalidade, através da implantação de mecanismos eficientes de compliance (padrões empresariais para cumprimento da legislação).

Nos três casos, foi a análise de imagens de satélite que comprovou a fraude na compra do ouro entre os anos de 2019 e 2020. Nesse período, a OM declarou ao governo federal ter comprado 1.080 quilos de ouro provenientes de 127 áreas em que a extração de ouro era permitida; a FD'Gold declarou a compra de 1.370 quilos de ouro, supostamente originados em 37 áreas de lavra garimpeira regular; e a Carol, por sua vez, declarou 1.918 quilos de ouro comprados de 56 áreas de lavra. Mas o satélite mostrou que nenhuma das áreas tinha qualquer sinal de exploração.

"A circunstância de uma quantidade de ouro ser vinculada, por ocasião do recolhimento de Cfem, a uma permissão de lavra garimpeira na qual a exploração mineral nunca ocorreu revela que esse ouro, em realidade, é proveniente de outra origem", explicam as ações do MPF. Se não veio de áreas legalizadas, que permanecem intactas, o ouro provavelmente saiu dos muitos garimpos ilegais que se proliferam nos municípios de Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

# Promotoria realiza palestra sobre poluição sonora

Reunião discutiu as atribuições e os papéis da atividade policial na temática. O encontro faz parte das metas do plano de atuação das Promotorias de Justiça do controle externo da atividade policial.

## MARABÁ

DA REDAÇÃO

Na última sexta (27) a Promotoria de Justiça Criminal do município de Marabá, realizou reunião virtual que contou com a palestra "Poluição Sonora: Conceito, Legislação e Combate", ministrada pelo promotor de Justiça de Meio Ambiente e Urbanismo de Belém, Nilton Gurjão das Chagas. O encontro

faz parte das metas do plano de atuação das Promotorias de Justiça do controle externo da atividade policial.

O encontro teve o objetivo de contribuir para a realização de palestras sobre segurança pública e discutir as atribuições e os papéis da atividade policial. Estiveram presentes na reunião a Secretária Municipal de Segurança Institucional de Marabá; Ordem dos Advogados do Brasil -

Subseção Marabá; Superintendência Regional de Polícia Civil do Sudeste do Pará; Polícia Civil

de Parauapebas e Guarda Municipal de Marabá.

As Promotorias de Justiça de controle externo da atividade policial consideram que a gestão da Segurança Pública requer novos arranjos institucionais e as agendas de governo devem ser permeadas de espaços deliberativos que promovam a participação da comunidade, pois,

os canais participativos reverberam o necessário controle social sobre os atos e decisões políticas, fortalecendo a democratização das políticas públicas e a construção da cidadania, vez que têm o potencial de ampliar a eficiência e eficácia das políticas públicas de segurança.

Nesse sentido, o Ministério Público, como ator estratégico para

fiscalizar a implementação de políticas de segurança pública, objetiva contribuir para a interação entre a sociedade, as diversas instituições públicas e privadas, as polícias militar e civil, na busca por soluções de problemas referentes à segurança pública, empenhando esforços para a criação e implementação do Conselho Comunitário de Segurança de Marabá.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# “Marabá vive crise de homem batendo em mulher”, afirma juiz

O magistrado Alexandre Arakaki conta que os casos de violência estão aumentando no município, pois as mulheres estão criando mais coragem de denunciar

## AGOSTO LILÁS

Alessandra Gonçalves

DA REDAÇÃO

**O** “Agosto Lilás” é o mês de conscientização pelo fim da violência contra a mulher. Ele foi desenvolvido em referência ao aniversário da Lei Maria da Penha, criada em 7 de agosto de 2006 e que, em 2021, completou 15 anos.

Todos os anos, neste mês, são realizados trabalhos que visem o engajamento da sociedade com a causa, desde o incentivo à denúncia até o combate efetivo da violência.

Em Marabá, no sudeste do estado, para encerrar as ações do Agosto Lilás está ocorrendo nesta segunda-feira (30) e terça-feira (31), uma programação especial no Partage Shopping.

A abertura oficial contou com a presença de autoridades e representantes de entidades em defesa da Mulher. O juiz Alexandre Arakaki, da 3ª Vara Criminal de Marabá, esteve presente no evento e contou que a cidade vive uma crise de homem batendo em mulher, de homem agredindo a mulher e desrespeitando a mulher. “Temos que dar um



Legenda A abertura oficial contou com a presença de autoridades e representantes de entidades em defesa da Mulher. FOTOS: REPRODUÇÃO

basta e começamos com ações de conscientização, de informação, para que o homem entenda seu papel dentro da sociedade. Que ele entenda que as mulheres tem os mesmos direitos e merecem e exigem dignidade”, afirma.

O magistrado conta que os casos de violência estão aumentando no município, uma vez que as mulheres estão criando mais coragem de denunciar. “O nosso papel não é punir o homem, o nosso papel é possibilitar que as famílias tenham uma vida digna, e que as famílias tenham uma vida melhor e que o

homem, que uma vez bateu não cometa tal ato grave novamente”, pondera.

### NÚMERO

De acordo com dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), o Pará registrou mais de 6.700 casos de violência no ambiente doméstico somente no primeiro semestre deste ano. O número representa aumento de 12% do registrado no mesmo período de 2020.

### AÇÃO

A coordenadora do Conselho da Mulher de Marabá (Comdim), Claudia Cilene Araújo, afirma que vários serviços estão sendo disponibilizados nessa ação do shopping, entre estes: palestras; maquiagem/ penteado; atendimento psicológico e jurídico; palestra sobre formalização da mulher empreendedora e exposição de artesanato.

“O Comdim está muito feliz em encerrar esse mês fazendo esse trabalho, de motivar e dizer para a mulher

“O nosso papel não é punir o homem, o nosso papel é possibilitar que as famílias tenham uma vida digna, e que as famílias tenham uma vida melhor e que o homem, que uma vez bateu não cometa tal ato grave novamente”

**Juiz Alexandre Arakaki,**  
Juiz Alexandre Arakaki, da 3ª  
Vara Criminal de Marabá



que ela não está só”, afirma Claudia Cilene. Além do Comdim, estão na organização da ação a Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres, ParáPaz; OAB/Defensoria, Acim (Conselho da Mulher); Departamento de Emprego e Renda; Ministério Público Estadual e movimentos sociais.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# Maridos são presos acusados de agredirem companheiras

A Polícia Militar prendeu dois homens em flagrante e em situações distintas, acusados de agredirem fisicamente as próprias companheiras. As prisões ocorreram no último sábado (28).

## EM FLAGRANTE

Alessandra Gonçalves  
DA REDAÇÃO

**N**a primeira situação, os militares foram acionados para atender uma ocorrência de violência doméstica na Folha 33, na Nova Marabá. Ao chegarem no local encontraram Antônia da Silva, a qual informou que foi agredida fisicamente com socos no rosto pelo cunhado, Wedson Nunes de Souza.

O motivo da agressão seria o fato de ela ter defendido a irmã, Keite Ane da Silva, a qual estava sendo agredida por Wedson. Segundo Keite Ane, o companheiro a agre-

diu com socos na cabeça pelo fato dele ter ciúmes dela.

Antônia da Silva também ficou com lesões na testa, após ser agredida pelo cunhado.

O acusado recebeu voz de prisão e, segundo a polícia, estava bastante agressivo e com sinais de embriaguez. Ele foi apresentado na 21 Seccional de Polícia Civil, onde foi autuado por lesão corporal no âmbito da Lei Maria da Penha.

## OUTRO

Quem também foi preso por violência doméstica foi Francarlos da Cruz Barbosa, acusado de agredir fisicamente a sua companheira. Os militares foram acionados na noite de sábado, dando conta de que estaria ocorrendo ato de



Delegacia de atendimento a mulher ficou movimentada este final de semana FOTO: REPRODUÇÃO

violência doméstica, na Folha 07, na Nova Marabá.

Chegando ao local, encontraram Francarlos da Cruz alterado e com sinais de embriaguez alcoólica. Segundo a

esposa dele, o acusado chegou ao local que é o endereço dos pais da vítima e foi agredindo a companheira, o pai e a mãe dela.

Durante a agressão, ele che-

gou a atingir o filho de 2 anos. Ele foi apresentado na Delegacia de Polícia Civil, onde também foi autuado por lesão corporal, no âmbito da Lei Maria da Penha.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# AMAZÔNIA

## POLÍCIA

Nenhum advogado ou familiar apareceu', diz delegado sobre indiciado por acidente em Nazaré

Motorista do Ford Ka prata que teria iniciado a confusão foi indiciado pelo crime de duplo homicídio doloso

31.08.21 9h21



Allan Rocha será preso ao receber alta do Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência (HMUE), onde está internado (Reprodução)

Até a manhã desta terça-feira (31), nenhum advogado, representante legal ou familiar de Allan Rocha - envolvido no acidente no bairro de Nazaré que matou mãe e filha - se apresentou à Polícia Civil. A informação foi repassada à

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

reportagem de O Liberal pelo delegado Marco Antônio Duarte, responsável pelo caso.

## **LEIA MAIS**



### **Mãe e filha de 2 anos morrem após 'racha' no bairro de Nazaré, em Belém**

"Até agora, nenhum advogado ou familiar apareceu. Ele está em coma ainda, mas nós temos a qualificação e o juiz homologou. Temos dez dias para a conclusão, que começa a correr a partir da data do fato. São dez dias para o Código Penal concluir e mandar para a Justiça", aponta o delegado.

O motorista do Ford Ka prata que, após uma suposta confusão por causa de poluição sonora durante um evento no Portal da Amazônia, teria iniciado uma espécie de perseguição contra o carro conduzido por Leandro Torres, teve a prisão preventiva decretada pela Justiça do Pará na última sexta-feira (27).



### **Discussão, álcool, som alto e velocidade: o que se sabe sobre o acidente que matou mãe e filha**

O acidente resultou na morte Renata Corrêa Bezerra e a pequena Maria Luiza Corrêa Torres, de dois anos: esposa e filha de Leandro, que recebeu alta nesta segunda-feira (30).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Allan, que segue internado no Hospital Metropolitano, será preso assim que sair da unidade hospitalar e responderá pelo crime de duplo homicídio doloso, ou seja, quando há a intenção de matar. "Ele já está custodiado pelo Sistema Prisional, mas ainda está na enfermaria, quando tiver alta, deve ir para a Casa Penal", detalha o delegado.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

# AMAZÔNIA

## POLÍCIA

Comandante do 24º Batalhão da Polícia Militar é afastado após morte de pedreiro no Tapanã

Família diz que Antônio Ivanildo Queiroz foi torturado e morto por uma guarnição da Polícia Militar na área de responsabilidade do 24º BPM

O Liberal

31.08.21 10h33



Tenente-coronel, quando ainda era major (Agência Pará)

O tenente-coronel Lima Neto, foi afastado de suas funções como comandante do 24º Batalhão de Polícia Militar (BPM) do Pará. A decisão que exonera José Fernandes Alves de Lima Neto do comando do batalhão que policia bairros como Parque Verde, Mangueirão, Pratinha e Tapanã foi assinada pelo Comandante

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Geral da PMPA, Coronel José Dilson Júnior, e foi publicada no Boletim Geral da Polícia Militar da última segunda-feira, 30.

A exoneração do tenente-coronel, que foi realocado para exercer a função de Chefe do Fiscal Administrativo da PMPA, **foi publicada quatro dias depois da morte do pedreiro Antônio Ivanildo Queiroz, de 45 anos, cuja família diz que foi torturado e morto por uma guarnição da Polícia Militar na área de responsabilidade do 24º BPM,** na tarde de sexta-feira (27), no bairro do Tapanã, em Belém.

No dia do sepultamento de Antônio, também no último domingo, parentes e amigos carregavam cartazes com pedidos de justiça. Segundo os familiares, ele trabalhava numa pequena obra na cozinha da casa dele, na rua Santa Lúcia, no bairro do Tapanã, quando policiais militares invadiram a residência, por volta das 16h de sexta-feira. Os PMs chegaram afirmando que haviam recebido denúncia anônima sobre a existência de drogas ilícitas dentro do imóvel. A família assegura que os policiais não encontraram entorpecentes na casa.

Parentes, que pediram para não serem identificados, também denunciam que os militares agrediram a esposa do pedreiro e tiraram ela de casa, trancando o portão por dentro. Eles dizem que Antônio foi torturado com o uso de um saco plástico, numa prática sequencial que o sufocou até a morte.

A guarnição de PMs saiu da casa, levando o pedreiro para a UPA do Tapanã, sob a alegação de que ele teria tido um infarto. Não se sabe ao certo se o pedreiro já deu entrada morto na UPA do Tapanã. Mas, há a informação que na UPA, a família soube que Antônio tinha “sinais de asfixia mecânica por constrição externa do pescoço”. A família registrou ocorrência policial e pede esclarecimentos e justiça.

Em nota enviada a O Liberal, no último domingo, 29, a Polícia Militar informou que acompanha as investigações e aguarda o laudo do Instituto Médico Legal

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Renato Chaves (IML), para se posicionar. "A Polícia Militar informa que acompanha as investigações do fato, que estão sendo realizadas pela Polícia Civil e aguarda a liberação do laudo, que irá apontar a causa da morte, pelo Instituto Médico Legal Renato Chaves (IML), para se posicionar e tomar as medidas necessárias que o caso requer", diz um trecho do documento enviado. Ainda, a PM enfatiza que não compactua com desvios de ética de qualquer de seus integrantes.

Segundo o promotor de Justiça Militar, Armando Brasil, o afastamento do tenente-coronel faz parte da investigação do caso, para que o processo "ocorra de maneira transparente". "A gente teve uma reunião ontem, que determinou que o caso vai ser investigado pela Corregedoria da Polícia Militar, com acompanhamento do Ministério Público", informou o promotor.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

# AMAZÔNIA

## POLÍCIA

Família de prefeito de Tucuruí assassinado em 2017 participa de manifestação: 'queremos justiça'

Parentes reclamam que apontados como suspeitos de participação no crime seguem em liberdade quatro anos após a morte de Jones William

O Liberal

31.08.21 9h53



### **Prefeito Jones William (Reprodução)**

Na manhã desta terça-feira, 31, um grupo de pessoas se reuniu em frente ao Fórum de Tucuruí, Sudoeste Paraense, em um ato pacífico que pedia uma resposta pela morte de Jones William da Silva Galvão, prefeito daquele

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

município que foi assassinado a tiros na tarde do dia 25 de julho de 2017. Segundo amigos e parentes do prefeito morto, até o momento, a Justiça agiu de um modo que mantivesse os responsáveis pelo crime presos.

"Já se passaram 4 anos da morte do prefeito, e até hoje, nada aconteceu. A Polícia Civil fez o inquérito, entregou ao MPPA (Ministério Público do Pará), que já denunciou e pediu as prisões dos envolvidos, mas até agora, nada. Estão soltos", disse o vereador de Tucuruí, Weber Galvão, irmão de Jones.

Segundo o vereador, o que motivou o ato desta terça foi a condenação do réu Benedito Perez Campelo, que recebeu, no último dia 25 de agosto, a sentença de 32 anos de reclusão em regime inicial fechado pelo assassinato de João Gomes da Silva, conhecido como "Russo", de 62 anos, prefeito de Goianésia do Pará. O crime foi cometido no dia 24 de janeiro de 2016, durante um velório no centro do município. O réu simulou um assalto e, em seguida, efetuou sete disparos de arma de fogo que atingiram o prefeito, que faleceu no mesmo local.

"Por causa desse caso, estamos aqui para pedir Justiça, agilidade, que alguma coisa se resolva sobre a morte do prefeito de Tucuruí. Não podemos ficar de braços cruzados, e vamos fechar a rua se for preciso", disse o irmão de Jones William.

## **Suspeitos**

À época do crime, que causou muita comoção pela gravidade de um caso em que um prefeito foi morto à plena luz do dia quando fiscalizava uma obra, várias pessoas foram apontadas como partícipes. Entre elas, estão Artur de Jesus Brito, que era vice prefeito e assumiu o cargo após a morte do titular da vaga, o vereador Lucas Michel Silva Brito, irmão de Artur, e a mãe deles, Josenilde Silva Brito, que durante as investigações chegou a ser presa, mas hoje, responde ao processo em liberdade.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Bruno Marcos de Oliveira, o Bruno Venâncio, que foi apontado como o homem que executou o prefeito de Tucuruí, morreu em uma tentativa de resgate de presos ocorrida em abril de 2018, no Centro de Recuperação Penitenciária do Pará III, no Complexo de Santa Izabel. Bruno foi preso em setembro de 2017 pelas polícias Civil e Federal com documentos falsos no aeroporto de Belém, antes de embarcar para São Paulo.

A reportagem entrou em contato com o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) para saber sobre o andamento do processo que julga a participação dos supostos envolvidos na morte de Jones William e aguarda resposta.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



## Comandante do 24º BPM é exonerado após morte de pedreiro

Familiares afirmam que o pedreiro Antônio Ivaldo Queiroz foi torturado e morto por policiais militares, no Tapanã

terça-feira, 31/08/2021, 10:11 - Atualizado em 31/08/2021, 11:08 - Autor: **DOL**



Tenente Coronel José Fernandes Alves de Lima Neto, agora Chefe do Fiscal Administrativo da PMPA, em Icoaraci | Reprodução - YouTube

[Ouça esta reportagem](#)

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

O Tenente Coronel da Polícia Militar, José Fernandes Alves de Lima Neto, foi exonerado da função de Comandante do 24º Batalhão da PMPA e transferido para a função de Chefe do Fiscal Administrativo da PMPA, em Icoaraci. A decisão, assinada pelo comandante geral José Dílson Melo de Souza Júnior, foi publicada no Boletim Geral da corporação nesta segunda-feira (30).

**PORTARIA Nº 1267/2021 – SCCMO/DGP**

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, no exercício de atribuições previstas no artigo 8º, inciso V da Lei Complementar Estadual nº 053/2006 e no artigo 12, alínea "b", item 1, do Decreto Estadual nº 2.400/1982,

**RESOLVE:**

Art. 1º **EXONERAR** o TEN CEL QOPM RG 29193 JOSÉ FERNANDES ALVES DE LIMA NETO, da função de Comandante do 24º Batalhão de Polícia Militar (Belém);

Art. 2º **TRANSFERIR** o TEN CEL QOPM RG 29193 JOSÉ FERNANDES ALVES DE LIMA NETO, por necessidade do serviço, do 24º Batalhão de Polícia Militar / CPC II (Icoaraci) para o Fiscal Administrativo da PMPA / AJG (Icoaraci);

Art. 3º **NOMEAR** o TEN CEL QOPM RG 29193 JOSÉ FERNANDES ALVES DE LIMA NETO, para exercer a função de Chefe do Fiscal Administrativo da PMPA / AJG (Icoaraci);

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Quartel em Icoaraci-PA, 30 de agosto de 2021.

JOSÉ DÍLSON MELO DE SOUZA JÚNIOR – CEL QOPM RG 18044  
COMANDANTE GERAL DA PMPA

Boletim Geral nº 161, 30 de agosto de 2021 | **PMPA**

**Entenda o caso:**

PUBLICIDADE

**PMs aterrorizam família, torturam e matam pedreiro em casa**

Lima Neto é suspeito de ter participado de uma operação policial que resultou na morte do pedreiro Antônio Ivaldo Queiroz, de 45 anos. No último sábado (28), ele foi surpreendido, dentro da própria casa, no bairro do Tapanã, em Belém, por uma guarnição do 24º Batalhão da Polícia Militar. Os policiais chegaram ao local afirmando que verificariam uma denúncia anônima de que havia drogas na casa do pedreiro.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Segundo o relato da família, após não terem encontrado nada, os policiais agrediram a esposa de Antônio Ivaldo e torturaram o pedreiro com asfixia, utilizando um saco plástico. Ele chegou a ser encaminhado para a UPA do Tapanã, onde foi constatado o óbito.

O promotor de Justiça Militar, Armando Brasil Teixeira, afirmou que “o caso ainda está sob investigação da corregedoria da PM, em conjunto com a Promotoria Militar”.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## Comandante do 24º Batalhão da PM é afastado após morte de pedreiro no Tapanã

31 AGO 2021 - 08H39ATUALIZADO 31 AGO 2021 - 08H50POR WESLEY COSTA RABELO



Crédito: Reprodução/ Redes Sociais

O Tenente Coronel da Polícia Militar José Fernandes Alves de Lima Neto, conhecido como “Lima Neto” foi exonerado do cargo de comandante do 24º Batalhão da PM. A decisão tomada pelo Comandante Geral, Coronel Dilson Júnior foi publicada no Boletim Geral da Polícia Militar da última segunda-feira, 30.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Lima Neto e sua equipe estão sendo investigados pela morte do pedreiro Antônio Ivanildo Queiroz, de 45 anos, que segundo familiares, foi torturado e morto dentro de casa, na última sexta-feira, 27, por policiais do 24º Batalhão da Polícia Militar.

Ainda segundo a família, os policiais teriam invadido a casa do pedreiro, alegando que dentro da residência haviam drogas. Antônio teria sido torturado com um saco plástico, o que levou o homem a morte. A vítima chegou a ser socorrida e encaminhada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Tapanã, mas chegou morto no local.

O atestado de óbito do Instituto Médico Legal, do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, aponta que Antônio possuía sinais de asfixia mecânica.

#### Investigações

A reportagem entrou em contato com o Promotor da Justiça Militar, Armando Brasil, que disse “que a investigação será feita pela corregedoria da PM em conjunto com a Promotoria Militar em razão da gravidade dos fatos”. O promotor disse ainda que outras medidas ainda serão tomadas “ O afastamento do Cmte foi o primeiro ato. Outras medidas serão adotadas... Foi instaurado inquérito policial militar (IPM) pela corregedoria que será acompanhado pela Promotoria Militar que adotará as chamadas medidas cautelares judiciais”, completou.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## Justiça absolve ex-agente do Detran por morte de jovem durante perseguição em Belém

31 AGO 2021 - 10H04 ATUALIZADO 31 AGO 2021 - 11H08



Crédito: Divulgação/TJPA

Danilo Augusto da Silva, ex-agente do Departamento de Trânsito do Estado (Detran) foi absolvido nesta segunda-feira, 30, da acusação de homicídio qualificado praticado contra o estudante e atleta de jiu-jitsu Cléber Kley Pinto Marques Fonseca Filho, de 18 anos. Os jurados do Tribunal do Júri de Belém, presidido pela juíza Ângela Alice Alves Tuma, aceitaram a manifestação do promotor de justiça Edson Augusto Souza, que pediu a absolvição do réu por negativa de participação no homicídio.

O promotor sustentou a tese de que a autoria do réu, assim como do outro acusado do crime, Diego Miguel, que foi julgado e absolvido no júri anterior, não ficou evidenciada no processo e pediu a absolvição de Danilo da Silva.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

De acordo com a denúncia do Ministério Público, o jovem morreu após uma perseguição de uma viatura do Detran, quando pilotava sem capacete a motocicleta de um amigo, e não parou ao passar por uma blitz de fiscalização. Segundo a denúncia, a viatura bateu na moto durante a perseguição e causou a morte do rapaz.

O fato ocorreu no começo da madrugada do dia 5 de fevereiro de 2010, na Travessa 9 de Janeiro com a rua Domingos Marreiros, no Bairro do Umarizal, em Belém. O entendimento do promotor Edson Souza foi ratificado pelo advogado Jânio Siqueira, que fez a defesa do réu.

O advogado disse que o acusado estava como coadjuvante e descansava na viatura, enquanto esperava o horário para iniciar a fiscalização no começo da madrugada daquele dia. Os envolvidos responderam a Processo Administrativo Disciplinar, que resultou na exoneração de ambos do quadro de servidores do Detran.

De oito testemunhas que compareceram, três delas da acusação, só duas foram ouvidas. O primeiro foi o vigilante que viu a viatura passar em perseguição à motocicleta conduzida pelo jovem sem capacete. O segundo depoente foi o pai da vítima, que foi com a esposa e mãe do rapaz até o local do acidente, onde encontraram o jovem agonizando e sangrando. Ele relatou que o filho ficou durante 15 dias em uma Unidade de Terapia Intensiva.

*Com informações do TJPA*

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

Enterro de pedreiro morto em ação da PM é marcado por protesto em Belém; 'era trabalhador, não vagabundo', diz irmão da vítima  
Família e vizinhos afirmam que Antônio Queiroz foi torturado e morto durante busca por drogas. PM diz que agentes tentaram socorrer a vítima.  
Promotoria de Justiça Militar avalia instauração de inquérito.

Por G1 PA — Belém

30/08/2021 18h46 Atualizado há 3 horas



Comunidade protesta contra ação da PM que matou pedreiro na sexta (27), em Belém

O enterro do pedreiro Antônio Evanildo Queiroz, **morto na última sexta-feira (27)** em uma abordagem policial que buscava drogas na rua Santa Luzia, no bairro do Tapanã, em Belém, foi marcado por protestos no domingo (29). A Promotoria de Justiça Militar avalia a instauração de investigação criminal contra os policiais militares envolvidos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Familiares e amigos da vítima usaram cartazes e caminharam pelas ruas do bairro com o carro que levava o corpo da vítima. Eles defendem que o pedreiro foi torturado antes de ser assassinado e que por isso estão recebendo ameaças. Ao longo do enterro, houve revolta dos moradores locais, que expressaram indignação.

"Esse protesto é um pedido de justiça. Está aí a comunidade dando a resposta para o poder público. O meu irmão é trabalhador, não é 'vagabundo'. Nós somos cidadãos de bem. Eu sou trabalhador da construção civil. Eu sou pedreiro, assim como meu irmão. Isso aqui é a voz do povo, da justiça", expressa Silvanildo Queiroz, irmão da vítima.



Pedreiro é morto asfixiado por PM dentro casa, em Belém

A caminhada acabou no cemitério do bairro do Tapanã, onde palmas e comoção marcaram a despedida. Os familiares de Evanildo dizem que ele estava realizando a construção do piso da casa dele com a esposa, quando policiais militares invadiram a residência sob suspeita de tráfico de drogas.

Ainda segundo parentes, um dos policiais agrediu a esposa do pedreiro com um soco, e a tirou da casa. Evanildo ficou sozinho com os policiais dentro do imóvel e, de acordo com a família, foi torturado até a morte.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**“Demoraram mais ou menos 15, 20 minutos. Já saíram com ele numa rede e jogaram lá dentro da viatura”, conta testemunha que prefere não ser identificada.**

Evanildo chegou a ser levado para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Tapanã e a Polícia Militar declarou morte natural, pelo susto, mas o laudo do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves diz que a vítima tinha sinais de asfixia mecânica por constrição externa, quando ocorre compressão da região do pescoço.

A Polícia Civil abriu inquérito para investigar o caso e a Polícia Militar informou que está apurando as circunstâncias do fato. Segundo o órgão, foram recebidas denúncias na sexta-feira (27) de que um homem acusado de tráfico estaria comercializando drogas na rua Santa Lúcia, no Tapanã.

De acordo com a PM, teriam sido apreendidos 37 papelotes de pasta base de cocaína com o suspeito, que já respondia por porte ilegal de arma de fogo e por um homicídio cometido no estado do Ceará, de onde estaria foragido.

Durante a prisão, segundo a polícia, Evanildo sentiu dores no peito e foi levado à UPA, mas os policiais foram informados de que ele não resistiu e veio a óbito. A PM também comunicou que acompanha as investigações da Polícia Civil e que aguarda a liberação do laudo da perícia pelo Instituto Médico Legal (IML) para adotar as medidas necessárias.

Em nota, a corporação afirmou que "não compactua com nenhum desvio de conduta de seus integrantes".

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

Idoso é detido após 'acariciar' adolescente em farmácia no bairro Santa Clara, em Santarém

**Vítima conseguiu gritar por socorro, e antes da chegada da Polícia, o idoso chegou a ser agredido. Caso foi registrado na 16ª Seccional de Polícia Civil.**

Por G1 Santarém — PA

30/08/2021 17h42 Atualizado há 18 horas



Adolescente teve o corpo acariciado por idoso em Santarém, no PA (imagem ilustrativa) — Foto: Kemmido/Freepik

Uma adolescente de 13 anos foi vítima de estupro na saída de uma farmácia no bairro Santa Clara, em Santarém, no oeste do Pará, no domingo (29). Um idoso de 71 anos que também estava no estabelecimento chegou próximo à vítima e acariciou o corpo da adolescente.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Segundo a Polícia, a vítima teria ido até a farmácia para comprar um medicamento para mãe. Quando ela saía do local, o idoso se aproximou e pediu informações a ela, momento em que ele a agarrou. A adolescente gritou e foi socorrida por populares.

O idoso, identificado como Ademar Nunes Cardoso, ainda chegou a ser agredido. Após o ocorrido, a Polícia Militar, que realizava rondas nas proximidades, atendeu a ocorrência e o idoso foi encaminhado para 16ª Seccional de Polícia Civil. O caso foi registrado na delegacia como estupro de vulnerável.

Já na manhã desta segunda-feira (30) a adolescente passou por escuta especializada na Delegacia Especializada em Atendimento à Criança e Adolescente (Deaca).

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)